



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 27094/2008

Declaração de utilidade pública

O Centro Cultural de Barrô, associação de direito privado n.º 502326026, com sede na freguesia de Barrô, concelho de Águeda:

Presta úteis e contínuos serviços à comunidade, nomeadamente junto da população da região onde se insere, ao promover, através de uma pluralidade de iniciativas, o desenvolvimento do desporto e do teatro;

Destaca-se a incidência especial que é dedicada ao andebol, ao futsal e ao teatro amador. Organiza também, neste âmbito, actividades desportivas e recreativas que movimentam um considerável número de habitantes do concelho;

Coopera com as mais diversas entidades públicas e privadas e com a Administração, ao nível local:

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 46/05 B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-o pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

20 de Outubro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 27095/2008

Declaração de utilidade pública

O Grupo Desportivo de Calvão, associação de direito privado n.º 501509798, com sede na freguesia de Calvão, concelho de Vagos:

Presta, junto da população da região onde se insere, relevantes e reiterados serviços à sociedade, ao promover, através de uma pluralidade de acções, o desenvolvimento do desporto. Sobressai a incidência especial que é dedicada às modalidades de futebol e futsal, mobilizando um número considerável de praticantes. Organiza também, neste âmbito, actividades que movimentam um apreciável número de residentes do concelho;

Coopera, de modo relevante, com as mais diversas entidades públicas e privadas e com a Administração, ao nível local. Aqui, destaca-se a colaboração com as escolas locais, colocando à sua disposição meios de transporte e as suas instalações:

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 59/05B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-o pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

20 de Outubro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 27096/2008

Declaração de utilidade pública

O Desportivo de Leça do Balio, associação de direito privado n.º 501122362, com sede na freguesia de Leça do Balio, concelho de Matosinhos:

Presta, junto da população da região onde se insere, relevantes e renovados serviços à sociedade, ao promover o desenvolvimento do desporto. Sobressai a incidência especial que é dedicada às modalidades de futebol e futsal, mobilizando um número considerável de praticantes, em que, para além de participar em competições organizadas, desenvolve relevante actividade ao nível da formação das camadas mais jovens. Analogamente, organiza, neste âmbito, actividades que movimentam um apreciável número de residentes do concelho;

Coopera, de modo relevante, com as mais diversas entidades públicas e privadas e com a Administração, ao nível local. Aqui, destaca-se a

colaboração com as escolas locais, colocando à sua disposição as suas instalações e os seus meios de transporte:

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 12/06B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-o pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

20 de Outubro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 27097/2008

Declaração de utilidade pública

A Escola Desportiva e Cultural de Gondomar, associação de direito privado n.º 504984853, com sede na freguesia de Baguim do Monte, concelho de Gondomar:

Presta frutuosa e reiterados serviços à comunidade, nomeadamente junto da população da região onde se insere, ao promover, através de uma pluralidade de iniciativas, o desenvolvimento do desporto. Destaca-se a incidência especial que é dedicada ao futsal e ao voleibol, envolvendo atletas de todos os escalões etários. Organiza também, neste âmbito, actividades que movimentam um apreciável número de residentes do concelho;

Coopera, de modo relevante, com as mais diversas entidades públicas e privadas e com a Administração, ao nível local:

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 27/04B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

20 de Outubro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 27098/2008

Declaração de utilidade pública

A Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Paredes de Coura, associação de direito privado n.º 500925224, com sede na freguesia de Paredes de Coura, concelho de Paredes de Coura:

É uma associação de âmbito local que, junto da população da região onde se insere, nomeadamente a mais jovem, se dedica à promoção e divulgação, através de uma pluralidade de iniciativas, do património e das tradições locais. Destaca-se a relevância que é dedicada ao desporto, ao teatro, às danças, às caminhadas pedestres, à solidariedade social, às actividades corais e de folclore e à etnografia e arqueologia. Actividades que movimentam um apreciável número de residentes do concelho;

Coopera, de modo relevante, com a administração central e local:

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 2/01B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

20 de Outubro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa

Louvor n.º 652/2008

O licenciado João do Carmo Ataíde da Câmara exerceu funções como director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) entre

Setembro de 2005 e Março de 2008, altura em que foi nomeado para o cargo de Embaixador de Portugal em Harare.

Jurista, diplomata de carreira, dotado de elevadas qualidades de carácter, competência e dedicação, colocou grande empenhamento na direcção do Serviço na prossecução das respectivas atribuições no domínio da salvaguarda da independência nacional, da protecção dos interesses nacionais e da segurança externa do Estado Português, e nos passos necessários para obter a sua articulação com as estruturas comuns do Sistema de Informações da República Portuguesa, criadas pela Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro, no momento em que estas entraram em funcionamento, no início do ano de 2008.

Apraz-me registar ainda o papel que o Dr. João da Câmara desempenhou na afirmação externa do SIED e na consolidação das respectivas capacidades nas suas diferentes vertentes.

Pelo trabalho desenvolvido enquanto director do SIED, o Dr. João da Câmara tornou-se credor de apreço e reconhecimento da minha parte e de admiração e respeito da parte de quem com ele colaborou no exercício de tais funções.

É-me, pois, particularmente grato disso dar público testemunho por este meio.

15 de Outubro de 2008. — O Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, *Júlio Alberto Carneiro Pereira*.

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Despacho n.º 27099/2008

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 11.º e n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, autorizo e aprovo a seguinte lista nominativa do pessoal a colocar em situação de mobilidade especial por opção voluntária.

Nos termos e para os efeitos dos artigos 13.º e 51.º da Portaria n.º 1499-A/2007, de 21 de Novembro a presente lista é enviada à Entidade Gestora da Mobilidade e à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

11 de Agosto de 2008. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

Lista nominativa do pessoal do Instituto do Desporto de Portugal, I.P., em situação de mobilidade especial, por opção voluntária, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 11.º, n.º 1 do artigo 19.º e artigo 38.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro

Nome	Vínculo	Grupo de Pessoal	Carreira/categoria	Escalão	Índice
Eugénia Moreira Santos Ventura	Nomeação	Administrativo	As. Administrativo especialista	1	269
Henrique Varela	Nomeação	Administrativo	As. Administrativo principal	1	222
Vilmaro Hernâni Simões Ferreira Rodrigues	Nomeação	Administrativo	As. Administrativo	1	199
Fernando Cunha Fernandes	Nomeação	Operário não qualificado	Operário	8	228
Maria Manuela Alves Monfreita	Nomeação	Auxiliar	Auxiliar de limpeza	7	181
Maria Custódia Palma Luís	Nomeação	Auxiliar	Auxiliar de limpeza	8	189
Ana Bela de Jesus João Alves	Nomeação	Auxiliar	Auxiliar de limpeza	8	189
Almerindo Caravela Andrade	Nomeação	Auxiliar	Guarda	8	214
Julde Jaquite Semedo	Nomeação	Auxiliar	Auxiliar administrativo	6	184
José Manuel de Jesus Ferreira	Nomeação	Auxiliar	Fiel de armazém	8	238

Instituto Português da Juventude, I. P.

Despacho (extracto) n.º 27100/2008

Por despacho da presidente do Instituto Português da Juventude de 02 de Outubro de 2008, Paula Margarida Araújo Almeida A. C. M. Pereira, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Setúbal do Instituto Português da Juventude, é promovida automaticamente, com efeitos à data do despacho, na categoria de técnica profissional de 1.ª classe (escalão 5, índice 269) do mesmo quadro, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, pelo facto de ter obtido a classificação de Excelente na avaliação de desempenho referente ao ano de 2007.

2 de Outubro de 2008. — A Presidente, *Helena Alves*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho n.º 27101/2008

Nos termos da alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dá-se por finda, a seu pedido, a vigência da comissão de serviço do presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P., licenciado Jorge Nicolau da Costa Monteiro, com efeitos a partir do dia 20 de Outubro de 2008.

13 de Outubro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho n.º 27102/2008

Nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47/2007, de 27 de Fevereiro, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P., o licenciado Luciano Augusto Bastos Vilhena Pereira.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 21 de Outubro de 2008.

13 de Outubro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Curriculum vitae

Luciano Augusto Bastos Vilhena Pereira.

Casado, residente na Rua de Pedro Escobar, 80, 2.º, direito, Porto. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e advogado no Porto desde 1974 com a cédula profissional n.º 1369-P.

Foi presidente da comissão executiva da CIRDD (Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro), desde 24 de Abril de 2001 até 24 de Janeiro de 2004.

De 1999 a 2001, foi vice-governador civil do distrito do Porto.

De 1992 a 2004, presidente da direcção do Ateneu Comercial do Porto.

Actual presidente da mesa da assembleia geral do Ateneu Comercial do Porto.

Membro do conselho de administração do CERVIM — Centro de Pesquisas, Estudos e Valorização da Viticultura de Montanha, com sede em Aosta, Itália (de Julho de 2001 a Novembro de 2003).

Representante da CIRDD na AREV — Assembleia das Regiões Vitícolas Europeias (de Junho de 2001 a Novembro de 2003).

Conselheiro social da Universidade Lusíada, desde 1995.